



A GESTÃO ESCOLAR E A IMPORTÂNCIA DA BASE AMBIENTAL ESCOLAR À SUSTENTABILIDADE

Edina de Souza da Silva¹

Leandro Carlos Ody²

RESUMO

Os trabalhos realizados em educação ambiental, a partir da escola, desenvolvem consciência das questões relativas ao meio em que o discente está inserido. A gestão escolar deve garantir que as realizações de práticas socioambientais se fortaleçam, principalmente, nas relações interpessoais e de intersubjetividades, pois valores e atitudes ambientais e sociais quando assimilados pelos sujeitos tendem a ser replicados com mais facilidade e sem tanta resistência. O objetivo deste artigo é o de analisar como a gestão escolar promove ações de educação ambiental e princípios da sustentabilidade nas escolas da Rede Municipal de Concórdia - SC. A metodologia utilizada para realização do presente estudo foi revisão bibliográfica. A pesquisa é de abordagem quali-quantitativa e foi utilizado o método de pesquisa documental. Os resultados obtidos demonstram que as ações práticas socioambientais não estão sendo realizadas pela maioria das escolas do município de Concórdia/SC. Também foi possível observar a necessidade de preparo dos gestores escolares através de formações em educação ambiental. O gestor escolar se qualifica como agente principal na organização das estruturas norteadoras do espaço escolar. E, através desta atuação, são estruturadas as políticas de gestão de todo o recurso escolar que irão estabelecer as articulações da diversidade de ações, incluindo as de sustentabilidade.

Palavras-chave: gestor escolar; escola; educação ambiental; ações práticas.

ABSTRACT

The work carried out in environmental education, from the school onwards, develops awareness of issues related to the environment in which the student is inserted. School management must ensure that the achievements of social and environmental practices are strengthened, mainly in interpersonal and intersubjective relationships, as environmental and social values and attitudes, when assimilated by the subjects, tend to be replicated more easily and without so much resistance. The aim of this article is to analyze how school management promotes environmental education actions and sustainability principles in schools in the

¹ Pós-graduanda em Gestão Escolar da Universidade Federal Fronteira Sul – UFES. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó – Unochapecó.

² Doutor em Educação pela Universidade de Passo Fundo - UPF. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Graduado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo – UPF.

municipal network of Concórdia - SC. The methodology used to carry out this study was a literature review. The research has a quali-quantitative approach and the documentary research method was used. The results obtained demonstrate that practical socio-environmental actions are not being carried out by most schools in the city of Concórdia/SC. It was also possible to observe the need to prepare school managers through training in environmental education. The school manager qualifies as the main agent in the organization of the guiding structures of the school space. And, through this action, the management policies of the entire school resource are structured, which will establish the articulation of the diversity of actions, including those of sustainability.

Keywords: school manager; school; environmental education; practical actions.

1 INTRODUÇÃO

O processo civilizatório da humanidade foi, historicamente, estabelecido através das várias relações sociais e da utilização do ambiente. Essa relação passou, principalmente nos últimos séculos, a ser um processo conflituoso. No momento em que se estabelece uma ação, fortemente antropocêntrica, em relação ao meio ambiente, esta passa a gerir um processo de antagonismo capaz de alterar de forma agressiva a qualidade e o equilíbrio planetário.

Nas últimas décadas várias organizações e entidades pesquisadoras produziram relatórios e programas na qual enfatizam uma crise socioambiental global e única. Os debates em torno da preocupação ambiental vêm ganhando espaço. Porém, são evidentes os interesses contrários aos cuidados e preservação do ambiente e da qualidade da vida humana. O que se ressalta é a abordagem dominante da economia.

Contraditório a isto, surge à sustentabilidade, conquistando forças nas discussões sobre a transformação do desenvolvimento humano. Há reflexos mais profundos no qual o homem precisa agir como principal transformador social. Este deve encontrar meios para interligar aspectos éticos, políticos, sociais, naturais, culturais e humanos. Desta forma, a questão ambiental não tem somente o objetivo da preservação, mas também deve estar relacionada a melhorias e qualidade de vida humana. Dentro desta abordagem, de necessidade de mudanças de paradigmas, vem a Educação Ambiental, como um dos norteadores das ações sustentáveis desenvolvidas na escola. Pois quando se torna uma proposta educativa leva-se em consideração as dificuldades e limitações relacionadas à civilização moderna e sua relação conflituosa com o ambiente.

Os trabalhos realizados em educação ambiental, a partir da escola, desenvolvem consciência das questões relativas ao meio em que o discente está inserido. O papel da escola é trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de

habilidades e procedimentos. Desta maneira, a escola contribui para a formação de cidadãos conscientes e habilitados a decidirem e atuarem de forma crítica na realidade socioambiental.

Um ponto importante a ser considerado é a relação da gestão escolar e do trabalho pedagógico da escola com as ações ambientais. A escola é uma instituição social com poder e possibilidades de intervenções na realidade dos educandos, bem como na comunidade em que está inserida. Assim, deve estar conectada com as questões mais amplas da sociedade para fortalecer os movimentos de aprendizagem e de ações mais sustentáveis.

Dentro deste contexto, tem-se o seguinte questionamento: como a gestão escolar pode influenciar significativamente no desenvolvimento da educação ambiental como um princípio da sustentabilidade?

O objetivo deste artigo é o de analisar como a gestão escolar promove ações de educação ambiental e princípios da sustentabilidade nas escolas da Rede Municipal de Concórdia - SC. Além disso, para compor tal análise se faz necessário demonstrar como os gestores podem colaborar com a organização de práticas ou ações significativas de modo a influenciar, positivamente, nessas ações. Também são realizados apontamentos, ao longo desse trabalho, que possibilitam melhorar a qualidade das ações promovidas ou encorajar sua inclusão à comunidade escolar.

A metodologia utilizada para realização do presente estudo foi revisão bibliográfica de diversas obras, como livros impressos e em formatos digitais, além de artigos publicados em meios virtuais. A pesquisa é de abordagem quali-quantitativa e utilizado o método abordado foi o documental, o qual se entende como “o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e, também, o potencial criativo do pesquisador” (MINAYO, 2008, p. 22).

Para compor a análise foi utilizado o documento norteador das ações escolares, o Plano Político Pedagógico (PPP) das escolas municipais de Concórdia/SC. Foram solicitados os PPPs de dezenove Escolas Básicas Municipais. Este artigo está estruturado em três seções: 1) trata da crise ambiental e as relações com as ações práticas de Educação Ambiental; 2) da participação da gestão escolar como organizador das ações práticas de educação ambiental desenvolvidas na escola; 3) análise documental dos PPPs escolares para comprovação do desenvolvimento das ações práticas de educação ambiental nas escolas do município de Concórdia – SC.

2 DA CRISE AMBIENTAL MUNDIAL ÀS AÇÕES PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Não é recente a preocupação com a crise ambiental que afeta o mundo. Ela tem se agravado a cada ano, mesmo com todas as previsões e informações divulgadas. Ao observar as últimas décadas ficam evidentes muitos desses aspectos ambientais caóticos, como as queimadas que assolam partes do mundo; enchentes e deslizamentos catastróficos; ondas de calor sem precedentes em vários países; intensificação dos fenômenos atmosféricos provenientes da poluição ambiental (alteração do clima, estações do ano e estiagens prolongadas). Além destes, observa-se a velocidade da deterioração da qualidade de vida humana, além do aumento e surgimento de doenças causadas por patógenos associados ao acúmulo de resíduos e contaminação da água, desmatamento ou superpopulação (vírus Influenza A - H1N1, Coronavírus - SARS-CoV-2 e Ebola – Filoviridae Epidemias e Pandemia que afligem o mundo, desde os últimos dois séculos).

Todos esses fenômenos foram advertidos, por décadas, pelos especialistas pesquisadores. E essa negligência proposital, não é exclusiva aos fatores ambientais. No que se refere à economia mundial, é perceptível que ela caminha para um grande colapso, visto que sua estrutura de funcionamento é totalmente dependente dos recursos naturais exploráveis, que por vez, estão em fencimento. Para Tiezzi (1998, p. 32), a lógica da economia desconsidera deliberadamente os efeitos e consequências da exploração excessiva de todos os recursos, ambientais ou humanos.

Este autor (1998, p. 32), cita que,

no âmbito da civilização humana, as sociedades contemporâneas têm sido amiúde, ignorantes ou negligentes acerca das irreversibilidades ambientais decorrentes de suas ações. A intensa utilização de elementos não-renováveis e a contínua e generalizada degradação ambiental evidenciam essa característica. Tendo na economia seu valor maior, as sociedades contemporâneas desconhecem os conceitos de entropia e de irreversibilidade. Mais do que isso, a atual racionalidade econômica introduz um novo referencial para a velocidade ou dinâmica das sociedades que pode ser sintetizado pela máxima “tempo é dinheiro”.

Esses efeitos globais desregrados estão sendo visivelmente percebidos. Se de um lado a tecnologia moderna, talvez se encontre no seu auge, do outro, o descaso e a falta de uma orientação educação/ambiente garantem o desencontro ao desenvolvimento sustentável, que é, atualmente, uma das tentativas de amenizar o caos socioeconômico e ambiental global agravados, principalmente, em meados aos séculos XX e XXI. No entanto, a sustentabilidade quando fundamentada e articulada aos aspectos de economia, sociedade e ambiente estabelece essas novas condutas sustentáveis. Portanto, estabelecer esses novos valores em relação aos benefícios sustentáveis parece ser uma empreitada bastante árdua. Se há a urgência de novos

valores coerentes com a sustentabilidade, existem também, princípios econômicos determinantes que dificultam muito a associação da economia aos benefícios ambientais.

Em relação a esses princípios limitantes Motta (1998, p. 6) afirma que:

Independente de nosso reduzido conhecimento quanto aos elos ecológicos associados às atividades econômicas, que também enfraquece as abordagens puramente ecológicas, existem limitações metodológicas nas avaliações econômicas. Tais limitações estão relacionadas às taxas de desconto no tempo, à agregação dos valores individuais, à internacionalização de incertezas e à amplitude das mudanças de equilíbrio geral. Estas questões tendem a enviesar as medidas dos benefícios ambientais e, dessa maneira, desviam a sociedade de opções sustentáveis.

É indiscutível a necessidade de uma reformulação ou criação de novas práticas metodológicas que aprofundem questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e educação ambiental. Além da reflexão sobre o alcance de novas soluções e alternativas que continuem a culminar em uma reestruturação socioambiental. Sendo assim, a reeducação do pensamento perante o meio ambiente aliado à educação ambiental é de fundamental importância.

A mudança começa a aparecer quando o meio ambiente passa a ser considerado como questão social, levando à reflexão sobre a necessidade de um consenso em relação ao uso da natureza, respeitando assim, as diferentes formas de vida. As ações práticas em educação ambiental devem proporcionar o desenvolvimento de atitudes e posturas éticas, frente às problemáticas, continuamente relacionadas ao senso de participação, responsabilidade e interação da natureza e o homem.

Para Layrargues *et al* (2002 p. 56), propor a difusão de uma cidadania ambiental, significa referir-se a um procedimento educativo de larga abrangência, que altere informações e que culminem na compreensão dinâmica do mútuo enriquecimento entre natureza e humanização.

A questão do meio ambiente está relacionada a toda uma sociedade, por isso deve-se ter consciência de que o meio natural faz parte da vida social. É a partir da escola que se começa a formar cidadãos que respeitam o meio ambiente. A escola e seus componentes são integrantes fundamentais da sociedade e corresponsáveis por esta formação. Ela é uma instituição social com poder e possibilidades de intervenção na realidade. Assim, deve estar conectada com as questões mais amplas da sociedade, incorporando-as a sua prática.

É preciso que o educando estabeleça uma concepção entre o que ele aprende na escola e sua realidade cotidiana, e estabeleça ligações entre o que ele aprende e o que já conhece e, a partir disto, utilize o conhecimento em outras situações (BRASIL, 2000 p, 35).

Consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em relação à importância do ensino ambiental nas escolas, que:

A perspectiva ambiental oferece instrumentos para que o aluno possa compreender problemas que afetam a sua vida, a de sua comunidade, a de seu país e a do planeta. Muitas das questões políticas, econômicas e sociais são permeadas por elementos diretamente ligados à questão ambiental. Nesse sentido, as situações de ensino devem se organizar de forma a proporcionar oportunidades para que o aluno possa utilizar o conhecimento sobre Meio Ambiente para compreender a sua realidade e atuar sobre ela (BRASIL, 2000 p. 35).

A educação ambiental trata de um tema amplo e complexo a ser trabalhado de forma coletiva dentro da sala de aula, visto que o Plano Político e Pedagógico (PPP) propõe a fragmentação das diversas áreas de ensino, mas não de temas transversais, como é a educação ambiental. Sendo assim, “o currículo escolar é mínimo e fragmentado, não favorece a comunicação e o diálogo entre os saberes” (PETRAGLIA, 2002, p. 69).

Em contrapartida, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, afirmam que a Educação Ambiental é componente essencial e deve ser desenvolvida como prática educativa integrada, contínua e permanente, de forma transversal e interdisciplinarmente. Além de considerar que os saberes e os valores da sustentabilidade [...] devem contribuir para a construção da cidadania planetária, a partir da perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações³ (BRASIL, 2013 p.551-552).

A escola traz a perspectiva da capacidade de atuar como instituição responsável pelo desenvolvimento da sociedade. Sobre o conceito ‘escola’ a de se considerar vários fatores na formação de um significado. Para além do sentido epistemológico, existem os fatores sociológicos, com os quais ela está diretamente relacionada. Então, socializar, humanizar e ensinar são alguns dos aspectos que tornam a escola uma das principais bases estruturais da cidadania. E esses processos fortemente ligados às ações humanas se tornam instrumentos de transformação social.

Para Luck (2000, p.14) “as escolas ou sistemas de ensino são organismos dinâmicos de um contexto socioeconômico e cultural determinadas pelas dinâmicas das interações orientadas pela sua prática social. E, muitas vezes, a escola é instigada a assumir ações para as quais ainda não desenvolveu a competência necessária”. Dessa forma, estendem-se, também, às abrangências à sustentabilidade.

³ Citação transcrita em trechos das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica apud Lei nº 9.795/1999 do Inciso II, alínea f.

3 A GESTÃO ESCOLAR COMO ORGANIZADORA DAS AÇÕES E PRÁTICAS ESCOLARES RELACIONADOS À PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Segundo Van Bellen (2013 p. 59) a definição de gestão “é a ação de integrar pessoas, estruturas e recursos orientados para um objetivo comum. [...] Cabendo aos gestores adotarem práticas responsáveis de gestão aliadas aos objetivos das organizações”. A principal importância da escola, principalmente da gestão escolar, em direcionar as abordagens ligadas às ações em educação ambiental, é a própria efetivação de tais abordagens, uma vez que se torna referência de acesso e preconizadora de práticas desenvolvidas para a comunidade, mesmo que, parcialmente.

Para Wittmann; Klippel (2010 p. 103) “essa interação é possível porque a escola, através da gestão educacional permite a interlocução de saberes, de interesse e de culturas”. Portanto, é imprescindível que a gestão escolar alie a escola aos contextos relacionados a sua comunidade. Visto que promova e facilite as ações pedagógicas desenvolvidas e fortaleça este envolvimento para que possa ocorrer a consolidação do processo ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, tornar viáveis todas as ações promovidas fora do ambiente escolar.

Sobre a influência da escola dentro das perspectivas da realidade escolar e a maneira como essas inter-relações, quando bem desenvolvidas pela escola, podem ser determinantes, não só para ações sustentáveis, como também, para outros aspectos sociais, Morin (1987 apud Luck 2017 p. 47) afirmam que:

A realidade é unitária e sistêmica, constituídas pelas contínuas e dinâmicas inter-relações entre componentes e indivíduos, os elementos, e os acontecimentos, as ações e as dimensões de uma mesma realidade se tornam componentes de um conjunto, pelo seu processo inter-relacional, formando uma reciprocidade circular entre eles. Nesse entendimento de unidade complexa da realidade reside a possibilidade de se atuar de modo significativo em relação à mesma e dela fazer parte como sujeito que, ao mesmo tempo em que a influencia, é influenciado por ela (MORIN, 1987 apud LUCK 2013 p. 47)

Toda a ação prática desenvolvida na escola, fundamentada no processo educacional, requer fundamentos bem estabelecidos, deve partir do próprio ‘querer’ da escola, pois está definida pelo ideal adotado para seu desenvolvimento. A gestão escolar deve garantir que a realização de práticas socioambientais se fortaleça, principalmente, nas relações interpessoais e de intersubjetividades, pois, valores e atitudes (tanto ambientais como sociais) quando assimilados pelos sujeitos tendem a ser replicados com mais facilidade e sem tanta resistência, e passa então, a ser uma ação com consciência.

No entanto, quando se menciona uma gestão escolar mais atuante em sua prática, deve-se considerar que esta mesma gestão está inserida em um contexto histórico e seu trabalho pedagógico está alicerçado a um conhecimento já produzido e replicado. Por isso, há essa necessidade urgente em se ter uma gestão capaz de orientar, de fato, a uma transformação.

Para Wittmann; Klippel (2010) ocorre a urgência de se transformar a gestão escolar, no sentido de conseguir abranger os aspectos ligados à educação, uma vez que:

A dimensão sociopolítica da educação torna-se mais exigente e complexa e exige parceria e corresponsabilidade na sua gestão. A tradicional função de esfriar as aspirações da maioria para dirigir está superada e não faz mais sentido num mundo em que todos são conclamados a uma competente participação (WITTMANN; KLIPPEL, 2010, p. 57).

Uma gestão escolar realmente atuante capaz de proporcionar práxis e práticas socioambientais deve estar, em primeiro lugar, ciente do seu papel como promotora da consciência ecológica a partir da mudança cultural do seu meio. É necessário que rompa com o modelo de escola burocrática. Para isso, é preciso criar desafios através de projetos ou objetivos que demandem em processos educacionais interativos que possam desencadear novas concepções, e conseqüentemente, formar um cidadão consciente e crítico.

Ferreira; Aguiar (2000, p. 163), afirmam que “essa forma de gestão associa a construção da cidadania e a questão da autonomia [...] e requer assim, a construção de novas práticas, processos democráticos e novas concepções. [...] todo o poder está nos processos dinâmicos construídos no coletivo e na afetividade”. Ainda segundo, as autoras, reforça-se a participação do gestor escolar como o de coordenar com o conhecimento técnico e mediar o processo até a construção coletiva.

Quando se considera como essas ações devam se desenvolver nas escolas, tanto as propostas pedagógicas quanto as práticas socioambientais, precisam difundir uma reconstrução do agir no cotidiano. Torna-se urgente que se ultrapassem os aspectos simplistas das atividades ambientais, e que tais ações, não fiquem atreladas somente ao recolher, acondicionar e despoluir. Mas, que possam desenvolver os aspectos ligados ao social e econômico, como justiça, inclusão, utilização consciente e responsabilidade política. Este é o novo desafio da gestão escolar frente às novas demandas sustentáveis. Por certo, são conexões e perspectivas complexas que denotam ações autênticas e imprescindíveis ao novo significado de equilíbrio sustentável.

Para Ruscheinsky (2004, p. 51) as ações pedagógicas desenvolvidas, principalmente, quando fundamentadas na Ecopedagogia⁴ devem desenvolver ações práticas na qual se considera, que:

A contribuição com a perspectiva de que o real constitui-se em um contexto de conflitos de interesses em torno da interação no meio ambiente. Neste âmbito, no qual a consciência social alicerçada em traços importantes da ação política, direcionada pela memória e pelo intuito inovador, pode ser desenvolvida em consequência dos resultados de conflitos e da construção do saber orientado para a cidadania [...]. Entretanto, é fundamental uma nova forma de solidariedade que se faz sentir especialmente sob a ótica de construção do saber, do discurso mediador para a demanda de uma vida com qualidade ambiental e da perspectiva da cidadania a ser assegurada ou universalizada (RUSCHEINSKY 2004, p. 51).

As práticas pedagógicas realizadas na escola, para que possam gerar mudanças significativas, devem estar intimamente associadas aos aspectos norteadores da realidade escolar. Segundo Bartnik (2011, p.145) em relação à efetivação da gestão escolar “a organização do trabalho pedagógico escolar refere-se às práticas educativas que se efetivam na escola, e envolvem não apenas a relação professor, aluno e conhecimento, mas também as várias mediações e inter-relações”. Para tanto, tem-se o planejamento escolar, a construção do Plano Político Pedagógico e os colegiados.

Para Luck (2000, p. 56) “cabe à gestão escolar dar vez e voz e envolver na construção e implementação de seu projeto político pedagógico a comunidade escolar como um todo”.

Já para Ferreira; Aguiar (2000, p. 304) “uma gestão democrática, a construção coletiva do Plano Político Pedagógico e a autonomia são os pressupostos fundamentais para o desenvolvimento da cidadania”. Neste sentido, ao se atribuir a importância das ações práticas de sustentabilidade, contempladas nos documentos ou guias norteadores do trabalho pedagógico, contribui-se, também, no desenvolvimento dos valores socioambientais na realidade escola. E desse modo, a escola retoma o sentido de promotora dessas ações.

No entanto, Loureiro (2004, p. 77) alerta sobre a idealização da educação no sentido reprodutivista, contrária aos ideais emancipatórios que se espera, ao afirmar que:

A questão fundamental é compreendermos a educação em sua concretude para podemos avançar pela crítica e atuação consciente nas estruturas sociais, reorganizando-as. Falar que a educação pode gerar a mudança vira discurso vazio de sentido prático se for desarticulado da compreensão das condições que dão forma ao processo educativo nas sociedades capitalistas contemporâneas (LOUREIRO, 2004, p. 77).

⁴ Ecopedagogia é um conceito fundamentado em um movimento com sentido global com preocupação em um novo modelo de civilização sustentável. No Brasil, o principal centro de estudo é o Instituto Paulo Freire, com documentos, artigos e notas sobre o tema. Fonte da nota: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/6/39/o-que-e-ecopedagogia>

Reforça-se, então, a relevância de se representar as ações ambientais nos documentos escolares, pois são instrumentos orientadores das ações realizadas no trabalho pedagógico. E, posteriormente, atribuídos às práticas e possibilitando a assimilação de valores.

Libâneo (2017, p. 242) traz a incumbência de se adequar os processos educativos, de qualquer aspecto, das realidades escolares, pois

Cabe à escola e aos professores elaborar os seus próprios planos, selecionar os conteúdos, métodos e meios de organização do ensino, em face das peculiaridades de cada região, de cada escola e das particularidades e condições de aproveitamento escolar dos alunos. A conversão dos planos e programas oficiais em planos de ensino para situações docentes específicas não é uma tarefa fácil, mas é o que assegura a liberdade e autonomia do professor e adequação de ensino às realidades locais (LIBÂNEO, 2017 p. 242).

Dentro deste contexto, cabe analisar como as ações de educação ambiental e princípios da sustentabilidade estão sendo contempladas nas escolas da Rede Municipal de Concórdia – SC.

3.1 ANÁLISE DOCUMENTAL E APONTAMENTOS QUE POSSIBILITEM MELHORAR A QUALIDADES DAS AÇÕES PROMOVIDAS PELAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CONCÓRDIA – SC.

A análise de documentos oficiais norteadores de práticas educativas é de extrema importância, pois conciliam os ideais pedagógicos com o percurso escolar. Neste contexto, o objetivo deste artigo é analisar como são desenvolvidas as ações práticas de educação ambiental nas escolas de educação básica do município de Concórdia – SC e como esta temática é reportada no documento norteador da proposta pedagógica de cada escola. Vale destacar que o gestor escolar é um dos principais sujeitos mobilizadores da promoção das ações escolares.

Para compor esse artigo foram analisados os Planos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas municipais do município de Concórdia – SC. Este município localiza-se na região do Alto Uruguai Catarinense (Mesorregião), localizada na Região Sul do Brasil e possui uma população de 75.683 habitantes (IBGE 2021) ⁵.

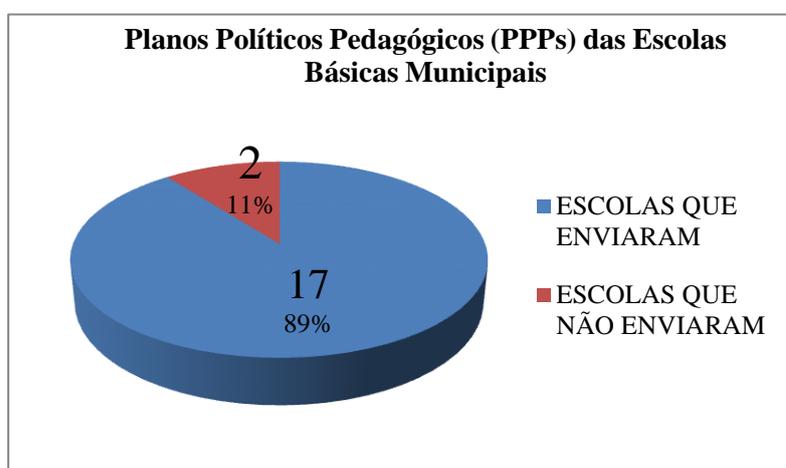
Em relação ao Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano), o município atende os alunos pertencentes a essa modalidade em 19 Escolas Básicas Municipais. A escolha da

⁵ Dados da prefeitura municipal de Concórdia/SC. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/concordia/panorama>. Acesso em: 12 nov. 2021.

modalidade (Ensino Fundamental Anos Finais) se deu pela maior quantidade de unidades com alunos acima de cinco (5) anos.

Para ser possível a análise foi solicitada, de forma oficial, que cada Escola Básica Municipal enviasse, via e-mail, seu Plano Político Pedagógico (PPP). Foram ao todo 19 solicitações, e posteriormente, 17 ligações telefônicas informais para as escolas, com intuito de esclarecer a proposta de pesquisa, além de tentar estabelecer um vínculo mais pessoal e, com isso, aumentar a possibilidade do envio do documento. Conforme demonstrado abaixo, no Gráfico 1, foram recebidos 17 Planos Políticos Pedagógicos, das 19 escolas solicitadas.

Gráfico 1 - Planos Políticos Pedagógicos recebidos após solicitação oficial.



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Pela análise do gráfico foi possível perceber que mesmo o amparo legal para o desenvolvimento dos PPPs estar fundamentado na Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9394/96) ⁶, no qual se declara a necessidade da gestão democrática na escola, ainda assim, nem todos os PPPs foram enviados. Dos 19 Planos Políticos Pedagógicos solicitados às escolas, 17 foram enviados e dois (2) não foram enviados, mesmo sendo solicitados oficialmente.

Em relação ao descaso em enviar o documento solicitado de forma oficial pode-se afirmar que o PPP é um documento organizador da escola de caráter público, e, portanto, pertencente a toda comunidade escolar, tornando-se lícito restringir o acesso a este documento. Além disso, se a perspectiva vivenciada pela escola é de uma gestão democrática, o PPP ao adquirir cunho político e público, não deve ser confinado somente ao administrativo

⁶ BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. Tem-se em seu Art. 3º declarado que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 nov. 2021.

escolar. Para Wittmann; Klippel (2010, p. 162, grifo dos autores) “[...], portanto, na obediência às normas legais. Devemos lembrar que o termo *político* remete aos negócios públicos ou pertinentes à cidadania”. O plano político e pedagógico é um documento de domínio público, e, portanto, é direito o acesso quando solicitado.

Depois de recebidos 89% dos PPPs solicitados foi possível analisar e observar, de fato, quais as ações práticas ambientais são concebidas nas escolas básicas municipais de Concórdia – SC. Abaixo a Tabela 1 evidencia as ações práticas desenvolvidas pelas escolas. Logo após, aparecem as análises e apontamentos possíveis em virtude dos resultados apresentados.

Tabela 1 – Identificação das ações práticas ambientais desenvolvidas pelas escolas municipais de Concórdia – SC

ESCOLAS	Menciona nas metas	Projetos anexados	Não há menção alguma	Não Enviou
Escola 1	-	-	X	-
Escola 2	-	-	X	-
Escola 3	-	-	X	-
Escola 4	-	-	-	X
Escola 5	-	-	X	-
Escola 6	X	-	-	-
Escola 7	-	-	X	-
Escola 8	-	-	X	-
Escola 9	-	-	X	-
Escola 10	X	-	-	-
Escola 11	X	-	-	-
Escola 12	-	-	X	-
Escola 13	-	-	X	-
Escola 14	-	X	-	-
Escola 15	-	X	-	-
Escola 16	-	X	-	-
Escola 17	-	-	X	-
Escola 18	-	-	-	X
Escola 19	-	-	X	-
Total de escolas e ações ambientais identificadas.	Menções em metas. (3)	Projetos anexados e desenvolvidos. (3)	Nenhuma menção à ação ambiental. (11)	Não foi possível determinar. (2)

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Em relação às ações práticas ambientais foi possível identificar que algumas escolas mencionam em seus PPPs a intencionalidade ambiental, de acordo com esta análise as menções são citadas nas metas. Ainda de acordo com os documentos analisados, as três menções em metas foram ações práticas no desenvolvimento de jardins e embelezamento da escola, como alternativa de aproximação dos alunos com o cuidado do ambiente. Desenvolver

uma horta e composteira com o intuito de desenvolver no aluno a autonomia e uma formação mais sustentável e um projeto com foco em possibilidades de produção sem uso de agrotóxicos. Mesmo ao constar como meta no plano político pedagógico é necessário que essas ações sejam, realmente, efetivadas no decorrer do ano letivo para que possam, então, desencadear valores socioambientais.

Para Libâneo (2017, p. 240) sobre a importância dos planos escolares estarem ligados continuamente às práticas, o autor afirma que:

O planejamento não assegura, por si só, o andamento do processo de ensino. Mesmo porque a sua elaboração está em função da direção, organização e coordenação do ensino. É preciso, pois, que os planos estejam continuamente ligados à prática, de modo que sejam sempre revistos e refeitos (LIBÂNEO, 2017, p. 240).

Nesse sentido, Ferreira; Aguiar (2000, p. 309), aponta que não se delega a responsabilidade de escrever, construir ou desenvolver o plano político pedagógico escolar, somente à gestão escolar, mas de que aconteça e se desenvolva em todos os âmbitos da escola. Segundo o autor, “[...] refere-se, nesse sentido, ao compromisso político e pedagógico coletivo, à disciplina, e à necessária diretividade para a consecução do que foi planejado e organizado, se concretize em sala de aula”.

Ainda, de acordo com a tabela 1, foi possível constatar a realização prática de ações ambientais, identificadas como projetos já anexados ao Plano Político Pedagógico da escola.

Durante a análise dos anexos observou-se toda a estrutura básica de um projeto descrito, desde objetivo, intencionalidade, proposta pedagógica e público-alvo (e um desses, incluindo orçamentos e planilhas de compras) o que demonstra o desenvolvimento teórico e prático desses projetos.

Desta forma, foram identificados três (3) projetos desenvolvidos pelas escolas e as ações práticas contidas nestes planos escolares. Em uma delas as ações interdisciplinares são contextualizadas e procuram promover a articulação entre o conhecimento de sala de aula com ações práticas de interferência na realidade escolar. Nas outras duas, as ações práticas de sustentabilidade se organizam na construção de horta e composteira. Uma das escolas utiliza uma abordagem mais pedagógica com o intuito de estimular os alunos a aproveitarem os resíduos produzidos na escola e em casa, além de demonstrar os benefícios de uma alimentação mais saudável. Já na outra, a abordagem é mais empreendedora, pois desenvolve noções de cooperativismo nos alunos. Estimula a produção e consumo de produtos orgânicos e utiliza os recursos de produção da horta escolar para manter financeiramente os alunos

(alunos recebem pelo trabalho prestado nessa horta e composteira e utilizam para adquirir produtos comercializados pela escola).

Foi possível analisar e perceber que esses projetos escolares são contínuos, entre dois e dez anos de desenvolvimento pedagógico. É fundamental que os trabalhos pedagógicos relacionados à sustentabilidade tenham continuidade, pois o espaço e realidade em torno da escola se modificam e, com isso, essas práticas pedagógicas passam a ser entendidas como prática social, pois acontecem regularmente em um determinado espaço e tempo.

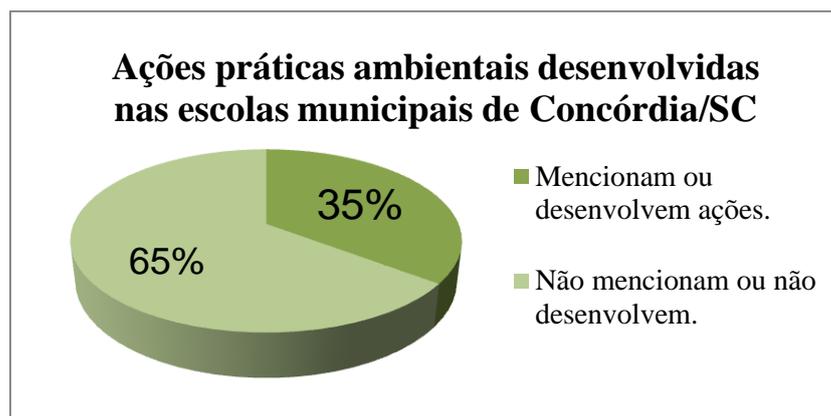
É nesse sentido que o trabalho da gestão escolar se faz essencial. A escola deve caminhar de forma a estabelecer o pleno entendimento e aplicação das questões ligadas ao progresso socioambiental. Em relação a esse comprometimento social com o ambiente a ser desenvolvido pela escola ao contribuir na identidade do indivíduo e cidadão, a Proposta Curricular de Santa Catarina (1998, p. 39), afirma que:

A principal função do trabalho com o meio ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos. A escola deve de fato contribuir para a formação da identidade como cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente e capazes de atitudes de proteção em relação a ele. (SANTA CATARINA, 1998, p. 39).

No entanto, apesar dessas práticas desenvolvidas por essas escolas serem de grande relevância na formação de valores e atitudes socioambientais, o que ficou evidente na análise dos Planos Políticos Pedagógicos das escolas municipais foi a falta ou a inexistência de ações relacionadas ao ambiente e sustentabilidade. Neles nem ao menos houve a menção aos aspectos relacionados ao meio ambiente ou à sustentabilidade, em quaisquer partes da estruturação desses PPPs.

O gráfico 2 demonstra o percentual de escolas que mencionam ou desenvolvem ações socioambientais, de acordo com o seu Plano Político Pedagógico. Após são apresentadas análises e apontamentos relacionados aos resultados obtidos.

Gráfico 2 – Identificação das ações ambientais desenvolvidas nas escolas municipais, de acordo com o Plano Político Pedagógico de cada uma.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

De acordo com o gráfico 65% das escolas não desenvolvem ações ambientais práticas. E, vale ressaltar, que no plano político pedagógico destas escolas os conceitos relacionados ao ambiente ou à sustentabilidade nem sequer são mencionados. Isso ocasiona um grande impasse já que a Lei nº 9.795/99⁷ que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) dispõe sobre a educação ambiental ao estabelecer sobre a essencialidade da educação ambiental nas escolas. Em seu Art. 2 afirma que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. E, ainda, em seu Art. 10. “A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”. Também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades reconhecem (ao mencionar a própria Lei nº 9.795/99) a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental.

Mesmo amparada legalmente, na forma da lei, a Educação Ambiental ainda se encontra muito inerte, os avanços em relação a essa temática acabam por se perder dentro da lógica atual. Para Carvalho (2004, p. 17), no que se refere à educação ela é um espaço social formado por diversidades de práticas de formação de sujeitos. Em relação à educação ambiental dentro do contexto da educação é necessário reivindicar a inclusão da questão em destaque, ou seja, ao ambiente, enquanto aspiração legítima, sócio-historicamente situada, que procura o reconhecimento de sua importância na formação dos sujeitos.

Com relação à imprescindibilidade da presença de ações teóricas e práticas relacionadas à educação ambiental, o Conselho Nacional de Educação estabelece as Diretrizes

⁷ Lei nº 9795/99 – Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 13/11/2021.

Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental⁸. E confere à educação ambiental o caráter socioambiental que deve estar presente nas instituições escolares, ao que estabelece a necessidade de organização curricular aos componentes pedagógicos, nos artigos 15 e 16, portanto:

Art. 15. O compromisso da instituição educacional, o papel socioeducativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos da Educação Básica e da Educação Superior.

Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer: I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares (BRASÍLIA, 2002, p. 5).

Neste sentido, faz-se o seguinte apontamento, as próprias diretrizes podem ser um dos fatores para essa ausência de ações práticas ambientais, pois, ao apontar e estabelecer os critérios a serem supridos pela escola acabam por apenas instituir, mas não preparar. A escola acaba se sobrecarregando de demandas, de todos os aspectos, mas não consegue viabilizar a efetivação das ações pedagógicas necessárias. Então, tornar-se um obstáculo à própria escola.

Nesse sentido, Luck (2000, p. 7) afirma que:

É comum a prática de se incentivar a promoção de mudanças de cima para baixo, na hierarquia funcional, de modo que a mudança pretendida é proposta para a escola, não sendo absorvida e praticada por quem a propõe. Em vista disso, sendo implantada linearmente e contrariamente ao seu espírito e propósitos estabelecidos.

Reforça-se, então, a necessidade da autonomia da gestão escolar, na qual se espera que reconheça o sentido pleno e necessário da identidade ambiental nos sujeitos escolares (professores, alunos e demais comunidade).

Segundo Wittmam e Klippel (2010, p. 129), a gestão escolar, na sua atuação teórica e prática, coordena a intervenção na formação humana. Nesse processo, oferece as oportunidades educacionais necessárias para a educação básica de seres sociais produzidos nas relações. Essa coordenação exige o compartilhamento dos segmentos envolvidos na

⁸ Brasília, 2002. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012 Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11/11/2021.

equipe gestora e exige o envolvimento de toda comunidade para que possa garantir as funções que atendam todos os aspectos relacionados à escola.

Ao considerar este contexto, pode-se apontar no que se refere à deficiência em relação às práticas ambientais nas escolas do município, que há a necessidade urgente de se ofertar uma formação de capacitação aos gestores, pois eles têm a função de gerir a escola através dos princípios norteadores da ação escolar. O gestor escolar está diretamente ligado à implementação das diretrizes escolares na elaboração, coordenação e orientação do Plano Político Pedagógico (PPP). Uma formação aos gestores contribui no aumento da possibilidade de se reorganizar a prática escolar no sentido de desenvolver práticas socioambientais nas escolas. Uma vez assimilada pelo gestor a necessidade urgente dessa abordagem na realidade escolar, ele terá a capacidade e autonomia de intervir, contribuir e desenvolver as estratégias pedagógicas necessárias e, posteriormente, efetivá-las em seu contexto escolar.

De acordo com Bartnik (2011, p. 163) no que se refere à importância da formação continuada, ela é:

Uma das dimensões importantes para a materialização de uma política global para os profissionais da educação [...] proporcionando novas reflexões sobre a ação profissional e novos meios para desenvolver e aprimorar o trabalho pedagógico [...], produzindo a si mesmo, também se produz em interação com o coletivo.

Muitas são as dificuldades relacionadas não só aos aspectos ambientais, mas o que deve ser levado em consideração é o papel que a escola desempenha no processo de formação do sujeito. Este interfere na formação social de toda a comunidade, incluem-se, também, as relações socioeconômicas, que são determinantes na forma como se usufrui os recursos naturais. Quando se refere ao pleno desenvolvido do sujeito, espera-se que adentre em todos os aspectos relacionados à condição de cidadão crítico e transformante, diferente de um sujeito submisso e adaptado à lógica do capital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação para a sustentabilidade deve prever e contemplar aspectos de justiça, igualdade e equidade que integrem todos os conceitos de ambiente, desenvolvimento, democracia e cultura. Para isto, precisam ser desenvolvidos novos valores de relação e complexidade com o meio ambiente.

O que se pode esperar da escola é proporcionar ao aluno uma visão de mundo integrado e não fragmentado e, a partir daí, trabalhar atitudes e valores que passem a fazer parte do cotidiano do discente/educando. As ações em educação ambiental contribuem para a formação individual e coletiva, pois estão fundamentadas em posturas e atitudes mais conscientes. Esse conjunto de ações quando articuladas em prol da sustentabilidade fortalecem as práticas cidadãs.

Em relação às ações práticas socioambientais realizadas, pelas escolas do município de Concórdia/SC, pode-se afirmar que elas não estão sendo realizadas. Mesmo regulamentada em Lei a obrigatoriedade da instituição da educação ambiental nas escolas, há ausência dessas ações na maioria das escolas municipais. Por isso, foi possível identificar esse desencontro entre o que se estabelece em teorias ou diretrizes maiores e o que realmente se desenvolve na maioria das escolas municipais.

Também foi possível observar a necessidade de preparo dos gestores escolares, através de formações em educação ambiental, pois o gestor se qualifica como o agente principal na organização, nas estruturas norteadoras do espaço escolar. Através desta atuação são estruturadas as políticas de gestão de todo o recurso escolar que irão estabelecer as articulações da diversidade de ações, incluindo às ações de sustentabilidade.

Ao tornar o gestor escolar um mobilizador ambiental tem-se, também, o engajamento do corpo docente, que é o principal agente promotor do conhecimento, não só sobre as questões ambientais, mas também das questões sociais. Consequentemente, estabelece-se uma comunidade escolar ciente da necessidade da cooperação com o ambiente e sujeitos. Desta forma, o conhecimento pode ser utilizado como um fator de transformação social.

REFERÊNCIAS

BARTNIK, Helena Leomir de Souza. **Gestão educacional**. Curitiba: IBPEX, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetro Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília: MEC/SEF, 2000.128 p.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: **Identities da educação ambiental brasileira**. Brasília: MEC, 2004. 13– 24.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. In: **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 318 - 318.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MEC, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Cortez Editora, 2017.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental Transformadora. In: **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MEC, 2004. 65 – 84.

LÜCK, Heloísa. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Editora Vozes Limitada, 2017.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11ªed. São Paulo, HUCITEC, 2008.

MOTTA, Ronaldo Serôa da. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. Brasília: MEC: 1998.

PETRAGLIA, I. C. **Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Atores Sociais e Meio Ambiente: A mediação da Ecopedagogia. In: **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MEC, 2004. p. 51-63.

TIEZZI, Enzo. **Tempos históricos, tempos biológicos: a terra ou a morte: os problemas de uma nova ecologia**. São Paulo: Nobel, 1988.

VAN BELLEN, Hans Michael. Gestão ambiental e sustentabilidade. **Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC**, p. 31, 2010.

WITTMANN; KLIPPEL, Lauro Carlos; KLIPPEL, Sandra Regina. **A prática da gestão democrática no ambiente escolar**. Curitiba: Ibpex, 2010.